Relatório da Administração Regulatório

2021

CERPRO

Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão

INDICE

Apresentação 4

Cenário 5

A CERPRO em Números 14

Balanço Social 16

Agradecimentos 19

Demonstração Contábeis 2021..... 20

Notas Explicativas 28

Parecer do Conselho Fiscal 78

Parecer dos Auditores Independentes 79

Relatório Anual da Administração da Empresa Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão – CERPRO

CERPRO: Muito mais que Energia

A Cooperativa de Eletrificação Rural da região de Promissão – Cerpro, é uma Sociedade Cooperativista responsável pela distribuição de energia elétrica nos municípios de Promissão, Alto Alegre, Avanhandava, Bilac, Braúna, Clementina, Coroados, Glicério, Guaiçara, Luiziânia e Penápolis, localizada do Estado de São Paulo, fundada em 1972. Foi homologada pela ANEEL – Agencia Nacional de Energia Elétrica, em 12 de junho de 2008, que confere a esta Permissionária a obrigação de acompanhar o desenvolvimento na Região, levando força e luz para as diversas classes de consumidores.

Visando sempre em busca da superação e melhorias, através de investimentos e procurando superar desafios, tendo como objetivo, a prestação dos melhores serviços a seus cooperados e consumidores, que utilizam nossa energia.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Cooperados e Consumidores,

Apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2.021.

Visando apresentar de forma objetiva e transparência dos resultados aos nossos cooperados, autoridades e consumidores.

Segue em anexo as demonstrações contábeis, elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão – Cerpro, perante a sociedade, parceiros, investidores, órgão regulador e aos nossos cooperados e consumidores.

Sempre cumprindo as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativista, criada pela Lei 5.764/71.

CENÁRIO

A Cerpro – Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão é uma Distribuidora de Energia Elétrica que fornece energia na Região de Promissão, nos seguintes municípios: Alto Alegre, Avanhandava, Bilac, Braúna, Clementina, Coroados, Glicério, Guaiçara, Luiziânia, Penápolis, localizada no Estado de São Paulo, homologada em 12 de junho de 2008, como permissionária, seguindo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Procurando a satisfação e a busca da prestação dos melhores serviços há mais de 43 anos, onde valoriza o seu corpo funcional da Cerpro, onde focamos: Treinamento em primeiros socorros; avaliação dos resultados; investimento em treinamento técnico; programa de qualidade total, segurança e medicina no trabalho e formação de cargos e salários dos nossos funcionários.

A Cerpro vem aperfeiçoando a aplicação de coleta de dados para apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos na distribuição de energia elétrica, em atendimento as Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica. Em processo de implantação da ISO 9001, buscando a melhor qualidade na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

Seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria continua através da capacitação e treinamento dos nossos colaboradores, para atender os requisitos regulamentares dos nossos cooperados e consumidores, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERPRO distribui energia elétrica na região de Promissão, zona rural e parte na zona urbana, com total de 1.837 cooperados e consumidores, sendo 1.824 mercado c ativo e 3 no mercado livre.

=> Comportamento do Mercado – A Cerpro não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da CPFL Companhia Paulista de Força e Luz, e participação do Programa Governamental PROINFA.

	Balanço Energético em GWh	
	2.021	**2.020**
Geração Própria	**0,00**	0,00
Cia. Paulista – CPFL	11,658	11,445
PROINFA	0,253	0,714
Total	**11,911**	**12.169**
Disponibilidade		
Consumidores – distribuição	**10,889**	**11,504**
Direta		
Consumidores livres	40,603	41,479
Concessionárias	0,00	0,000
.+Energia Contratual	0,00	0,000
Energia de curto prazo	0,00	0,000
Fornecimento e suprimento	**51,492**	**52,984**
Perdas e diferenças – Mercado Cativo		**-2,89%**

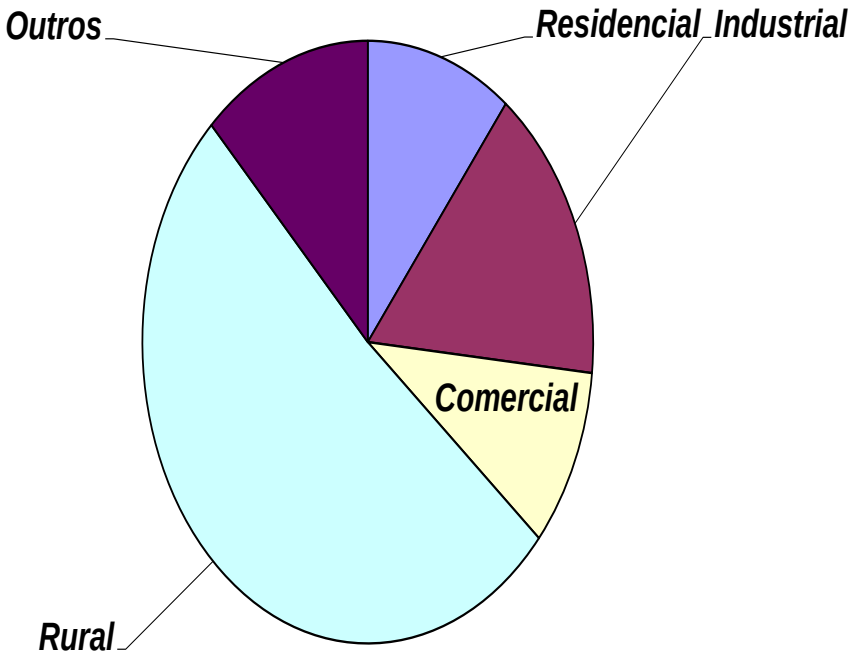
Distribuição Direta por Classe de Consumo – A Cerpro distribuiu energia de forma direta no exercício 2021, atendendo o consumidor Marfrig Global Foods S/A, as unidades I e II e Gennius Supply Prod. e Como. E Alimentos S/A.

Com relação ao nosso mercado, tivemos uma redução de -2,89% comparando-se com o desempenho do exercício anterior.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

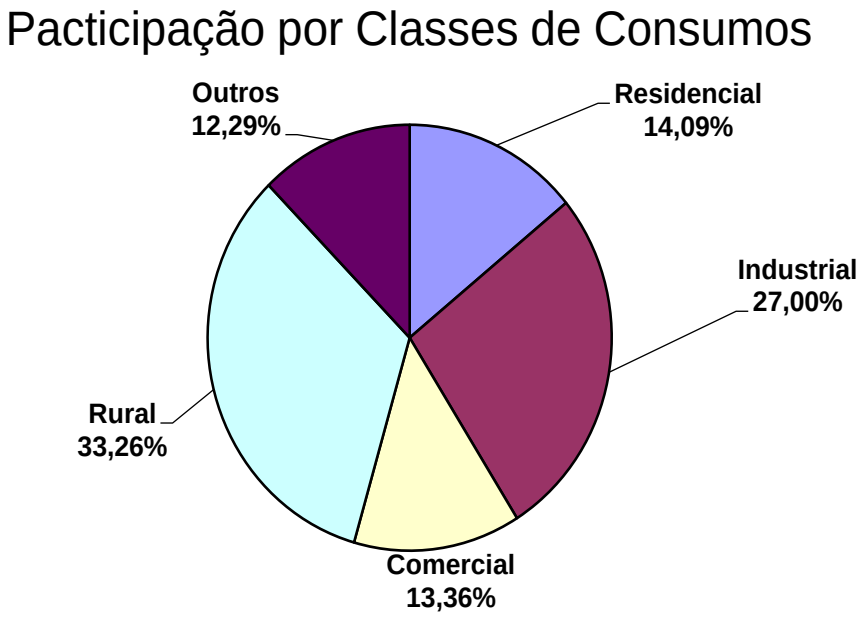
Classe	2.021	2.020	%
Residencial	1,142	1,002	13,97
Industrial	1,759	2,857	(38,43)
Comercial	1,049	1,030	1,84
Rural	5,610	5,374	4,39
Outros	1,329	1,241	7,09
Total	10,889	11,504	(5,35)



Receita - A receita bruta do fornecimento de energia elétrica e Outras Receitas, no exercício de 2.021 foram de R$ 18.668,37, com uma variação de 2,76 % ao ano anterior, que foi de R$ 18.167,69 (reais/mil), em razão do atendimento do mercado livre.

Receita Bruta em R$ mil

Classe	2.021	2.020	%
Residencial	972,27	750,57	29,54
Industrial	1.862,99	2.492,58	(25,26)
Comercial	921,60	829,42	11,11
Rural	2.295,31	2.138,72	7,32
Outros	848,35	86,75	877,95
Subtotal	**6.900,52**	**6.298,03**	**9,57**
Industrial - ACL (Mercado Livre)	11.767,85	11.869,66	(0,86)
Total	**18.668,37**	**18.167,69**	**2,76**



Número de Consumidores - Podemos analisar no quadro a seguir o nosso mercado com referência aos consumidores, comparando com 2021, a base foi o mês de dezembro de cada ano.

	Número de Consumidores		
Classe	**2.021**	**2.020**	**% Evolução**
Residencial	**755**	**668**	**13,02%**
Industrial	**16**	**16**	**0,00%**
Comercial	**74**	**67**	**10,44%**
Rural	**1.064**	**1.047**	**1,62%**
Outros	**25**	**25**	**0,00%**
Total	**1.934**	**1.823**	**6,08%**

Tarifas - Tarifa média por MWh do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo, no ano de 2.021, podemos observar um acréscimo, com referência ao ano de 2020, em razão da reposição tarifaria no Setor Elétrico.

Tarifa média de Fornecimento

Classe		Em R$ / MWh
	2.021	2.020
Residencial	**820,80**	**585,12**
Industrial – Mercado Cativo	**966,74**	**721,99**
Industrial – Mercado Livre	**289,82**	**178,25**
Comercial	**846,18**	**609,66**
Rural	**582,83**	**436,5**
Poder Público	**807,99**	**591,81**
Outros	**616,30**	**385,12**

Composição da Tarifa	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada	1.293,02	1.224,28	18.575,91	4.506,52	163,39	1.006,36
IMPOSTOS	160,46	164,32	4.963,49	205,16	20,08	136,02
PIS	0,98	0,90	36,38	4,81	0,13	1,02
COFINS	4,53	4,16	167,89	22,22	0,58	4,69
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	154,96	159,26	4.759,21	178,13	19,37	130,31
ENCARGOS	85,69	78,70	3.177,99	420,59	11,00	88,82
TFSEE	1,06	0,97	39,20	5,19	0,14	1,10
CCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RGR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P&D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CDE	62,05	56,98	2.301,10	304,54	7,96	64,31
PROINFA	9,80	9,00	363,58	48,12	1,26	10,16
Compensação financeira - bandeiras	12,78	11,74	474,11	62,75	1,64	13,25
Custo da energia comprada p/revenda	228,54	209,90	8.475,81	1.121,73	29,34	236,89
Encargos de uso da rede elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de pessoal	57,60	52,90	2.136,17	282,71	7,39	59,70
Outras despesas operacionais	22,91	21,05	849,86	112,47	2,94	23,75
Tarifa bruta da concessionária (*)	1.046,87	981,26	10.434,44	3.880,77	132,31	781,51
Resultado	737,82	697,42	-1.027,40	2.363,86	92,64	461,17

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir os investimentos, além dos Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Qualidade do Fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)
2.015	22,36	10,63
2.016	30,33	12,09
2.017	30,73	12,25
2.018	18,48	7,19
2.019	25,42	10,32
2.020	21,45	7,60
2.021	14,68	7,73

Atendimento ao Consumidor – A CERPRO participou do Programa Luz para todos, sempre procurando modernização das Linhas Rurais e Urbanas.

Tecnologia da Informação

Em atendendo a Regulamentação junto a ANEEL, procurando a modernização dos últimos anos, a CERPRO segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivos à saúde e contribuindo para o meio ambiente com equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais.

Investindo em religadores automatizados estão sendo conectadas 24 horas por dia com o Setor técnico, podendo ser manobrado remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

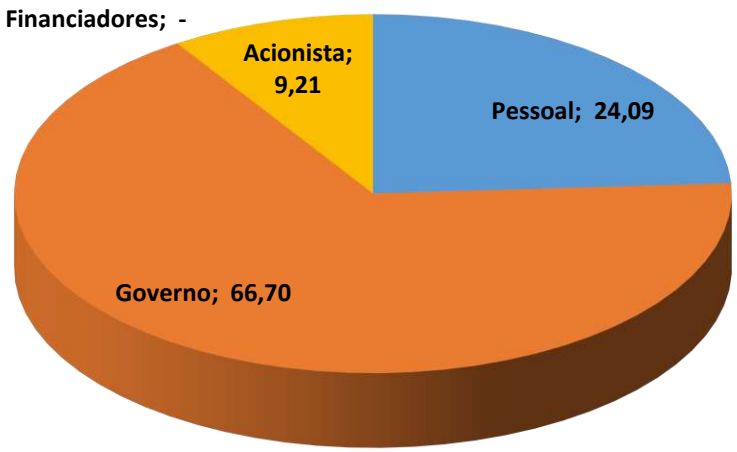
Investimentos: A permissionária Cerpro, investiu no ano de 2021 o valor de R$/Mil 1.522,17, houve uma variação a menor de 286,31% com referência ao ano anterior.

Investimentos – R$ mil	2.021	2.020	%
Obras de Geração	0,00	0,00	0,00%
Obras de Transmissão	0,00	0,00	0,00%
Obras de Distribuição			
Obras	776,39	387,50	100,35%
Ligações e Medições	0,00	0,00	0,00%
Veículos	736,56	0,00	736,56%
Equipamento Geral	9,22	6,52	2,70%
Instalações Gerais	0,00	0,00	0,00%
Edificações	0,00	0,00	0,00%
Total	1.522,17	394,02	286,31%

Captações de Recursos: No total dos investimentos de 2021, o valor de R$/Mil 1.522,17, foram captados através de recursos próprios.

Valor Adicionado: O valor adicionado demonstra a participação, o Governo com 66,70% no valor de R$/Mil 6.138,38, e os Acionistas com 9,21%, que representado o valor de R$/Mil 827,10.

Legislação Societária - 2021



Composição Acionária: Em 31 de dezembro de 2021 o Capital Social Subscrito da Cerpro era de R$ 847,10 (Reais/mil), compostas por 847,100 cotas, distribuídas entre os 682 cooperados.

Relações com o Mercado A Cerpro objetiva manter seus funcionários sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos entre outros, fazendo que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico.

Sempre valorizando:
- A satisfação do nosso Cooperado;
- O crescimento dos colaboradores;
- As parcerias;
- A honestidade e a lealdade;
- O trabalho, a competência e a responsabilidade;
- A iniciativa e a criatividade;
- A gestão participativa e empreendedora.

Gestão

Planejamento Empresarial:

Permissionária Cerpro prioriza o cumprimento da Regulação perante ANEEL, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos.

A Cerpro faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma Empresa organizada, resultando em cooperados e consumidores satisfeitos.

Regularmente são realizadas, nas dependências da Cerpro, reuniões entre a administração e demais setores da Empresa, para que o funcionário que participa de algum evento possa compartilhar com os demais suas novas experiências.

A CERPRO em Números

Atendimento	2.021	2.020	%
Número de consumidores	1.937	1.824	6,20%
Número de empregados	33	33	0,00%
Número de consumidores por empregado	59	55	6,72%
Número de localidades atendidas	11	11	0,00%
Número de postos de atendimentos	1	1	0,00%

Mercado	2.021	2.020	%
Área de concessão (Km^2)	735	735	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	10,745	10,78	0,32%
Distribuição direta (GWH)	10,889	11,445	4,86%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.468,22	1.093,97	34,21
Tarifas médias de Fornecimento (R$ por MWh)			
Residencial	820,80	585,12	40,28%
Comercial	846,18	609,66	38,80%
Industrial - Cativo	966,74	721,99	33,90%
Industrial – Mercado Livre	289,82	178,25	62,59%
Rural	582,83	436,40	33,55%
Poder Público	807,99	591,81	36,53%
Outras Classes	616,30	385,12	60,03%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	14,68	21,45	31,56%
População antecipada – Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	1,796	1,793	0,17%
População atendida – Rural (em milhares de habitantes)	3,931	3,709	5,99%
FEC (número de interrupções)	7,73	7,6	1,71%
Número de reclamações por 1.000 consumidores/ano	0,443	0,336	31,85%

Operacionais	2.021	2.020	%
Linhas de transmissão (Km)	602,6	591,54	1,87%
Capacidade instalada (MW)	33,18	32,5	2,09%

Financeiros	2.021	2.020	%
Receita operacional bruta (Reais/mil)	26.020,77	26.162,04	-0,54%
Receita operacional líquida (Reais/mil)	16.791,73	17.958,71	-6,50%
Margem Operacional	64,53	68,64	-5,99%
Ebitda ou lajida	6.164,91	5.287,02	16,60%
Sobra / Perda líquida (Reais/mil)	4.353,54	4.537,51	-4,05%
Lucro líquido por mil cotas	4,99	5,32	-6,27%
Patrimônio Líquido (Reais/mil)	42.030,70	41.071,46	2,34%
Valor Patrimonial por cotas R$	1,00	1	0,00%
Rentabilidade do Patrimônio	9,65	9,05	6,63%
Endividamento do Patrimônio Líquido	0,1564	0,0813	92,37%
Em moeda nacional	0,1564	0,0813	92,37%
Em moeda estrangeira			
Salário Médio dos Funcionários (Reais/mil)	3,30	2,97	11,00%
Energia Comprada por Funcionário em MWh	364,32	346,82	5,05%
Energia Comprada por Consumidor (MWh)	6,02	6,27	-3,99%

Balanço Social

Recursos Humanos

A CERPRO – Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão, desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou através do FATES financeiramente nos ensinos: fundamental, médio, profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e auxilio funeral das familiares dos cooperados, tendo participação os cônjuges e filhos menores de 18 anos .

Mantêm convênios com Planos de Saúde e Odontológicos; Farmácias, Supermercados, e, Distribuição de cestas natalinas para cada colaborador.

Responsabilidade Social

Promovendo o bem social entre os funcionários e familiares.

CIPA CERPRO: A Cerpro implantou a Cipa em cumprimento a exigência de Lei.

Educação: A CERPRO reembolsa 60% das despesas com mensalidades de seus funcionários para cursos profissionalizantes através do Fundo Assistencial e Educacional e Social - FATES, quando cursado em estabelecimento regular de ensino.

Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão
CNPJ 44.560.381/0001-39
Demonstração do Balanço Social - 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

			2.021			2.020
			R$ mil			R$ mil
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			16.791,72			17.958,71
Lucro Operacional (LO)			3.459,66			4.086,65
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			2.596,48			2.180,46
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	**R$ mil**	**FPB**	**RL**	**R$ mil**	**FPB**	**RL**
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	517,18	19,92%	3,08%	485,20	24,05%	2,91%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	2,34	0,09%	0,01%	5,46	0,27%	0,03%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Benifícios	99,03	3,81%	0,59%	51,26	2,54%	0,31%
Total	**618,55**	**23,82%**	**3,68%**	**541,92**	**20,87%**	**3,23%**
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	**R$ mil**	**LO**	**RL**	**R$ mil**	**LO**	**RL**
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	45,56	1,32%	0,27%	13,96	0,28%	0,08%
Total de contribuições para a sociedade	**45,56**	**1,32%**	**0,27%**	**13,96**	**0,28%**	**0,08%**
Tributos - excluídos encargos sociais	5.404,45	156,21%	32,19%	4.849,65	97,14%	29,05%
Total	**5.450,01**	**157,53%**	**32,46%**	**4.863,61**	**97,42%**	**29,13%**
			% sobre			% sobre
4 - Indicadores ambientais	**R$ mil**	**LO**	**RL**	**R$ mil**	**LO**	**RL**
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**

	2.021	2.020
5 - Indicadores do corpo funcional	**em unidades**	**em unidades**
Empregados no final do período	**32**	**33**
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	3	3
Ensino médio	21	23
Ensino fundamental	8	7
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	6	7
De 30 até 45 anos (exclusive)	19	18
Acima de 45 anos	7	8
Admissões durante o período		
Mulheres que trabalham na empresa	**9**	**9**
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	0,00%	0%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	0,00%	0%
Negros que trabalham na empresa	**5**	**5**
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	**0**	**0**
Dependentes	**60**	**63**
Estagiários	**0**	**0**
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	**12,19**	**11,34**
Maior remuneração	16,47	14,97
Menor remuneração	1,48	1,32
Acidentes de trabalho	0	0

Agradecimentos

Encerrando o exercício social de 2021, queremos agradecer à DEUS, aos membros da Diretoria, Cooperados e Consumidores, e, estender esse agradecimento a todos os clientes, consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nossa política de qualidade, atendendo a Regulamentação, legislações pertinentes.

Nosso muito obrigado!

Promissão, 18 de abril de 2022.

A Administração.

Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão - CERPRO
CNPJ n° 44.560.381/0001-39
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2021	2020
Ativos		
Ativo Circulante	**34.612,11**	**33.506,66**
Caixa e equivalentes de caixa	26.621,62	30.585,02
Consumidores	1.509,87	1.463,07
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	1.001,71	851,81
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	191,68	91,15
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	459,90	195,01
Despesas pagas antecipadamente	42,17	43,58
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	4.785,16	277,02
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	**15.830,48**	**13.308,08**
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	367,46	99,96
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	107,57	-
Outros ativos não circulantes	1,21	1,21
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serv. Púb. de E. Elétrica	-	-
Imobilizado	15.300,78	13.139,13
Intangível	53,46	67,78
Total do ativo	**50.442,59**	**46.814,74**
	-	-

Passivo	-	-
Passivo Circulante	**5.413,48**	**2.940,10**
Fornecedores	338,70	744,87
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	7,36
Obrigações sociais e trabalhistas	223,40	170,74
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	732,49	607,49
Provisão para litígios		
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	495,95	396,74
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	190,56	135,76
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	3.432,38	877,14
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	**2.998,41**	**2.803,18**
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2.998,41	2.803,18

Total do passivo	**8.411,89**	**5.743,28**

Patrimônio líquido	**42.030,70**	**41.071,46**
Capital social	847,10	827,10
Reservas de capital	(263,31)	1.155,15
Outros resultados abrangentes	6.199,78	6.731,04
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos	-	-
adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	33.423,19	30.137,65
Sobras à disposição da Assembleia	1.823,94	2.220,52
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	**42.030,70**	**41.071,46**

Total do passivo e do patrimônio líquido	**50.442,59**	**46.814,74**

Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promssão - CERPRO
CNPJ n° 44.560.381/0001-39
Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2021	**2020**
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	**26.020,77**	**26.162,05**
Fornecimento de energia elétrica	7.358,62	6.336,28
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	12.049,28	12.575,27
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	175,72	287,55
Serviços cobráveis	5,62	-
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	6.431,53	6.386,67
Outras receitas (Bandeiras Tarifarias)	-	576,28
Tributos	**(5.652,74)**	**(5.528,21)**
ICMS	(5.404,45)	(5.381,43)
PIS-PASEP	(44,22)	(26,14)
Cofins	(204,07)	(120,64)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	**(3.576,30)**	**(2.675,12)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(2.796,95)	(2.593,07)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(47,66)	(44,62)
Outros encargos	(731,69)	(37,43)
Receita líquida / Ingresso líquido	**16.791,73**	**17.958,72**
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	**(9.314,69)**	**(10.724,58)**
Energia elétrica comprada para revenda	(9.314,69)	(10.724,58)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	**7.477,04**	**7.234,14**

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	**(4.389,35)**	**(3.422,54)**
Pessoal e administradores	(2.596,48)	(2.180,47)
Material	(485,36)	(293,33)
Serviços de terceiros	(344,39)	(260,42)
Arrendamento e aluguéis	(11,65)	(13,08)
Seguros	(101,21)	(24,27)
Doações, contribuições e subvenções	(19,10)	(19,39)
Provisões	-	(1,51)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	-	2,13
Tributos	(27,20)	(24,97)
Depreciação e amortização	(753,72)	(695,48)
Gastos diversos	(73,26)	(83,90)
Outras Receitas Operacionais	78,37	195,12
Outras Despesas Operacionais	(55,35)	(22,97)
Resultado da Atividade	**3.087,69**	**3.811,60**
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	**1.265,85**	**725,91**
Despesas financeiras	(33,81)	(54,02)
Receitas financeiras	1.299,66	779,93
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	**4.353,54**	**4.537,51**
Despesa com impostos sobre os lucros	**(485,63)**	**(228,79)**
Resultado líquido das operações em continuidade	**3.867,91**	**4.308,72**
Operações descontinuadas	**-**	**-**
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	**-**	**-**
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	**-**	**-**
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	**-**	**-**
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2021	**2020**
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	**53,21**	**55,44**
Reserva de reavaliação	53,21	55,44
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**-**	**-**
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**-**	**-**
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.

Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão - CERPRO
CNPJ n° 44.560.381/0001-39
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimonio Liquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	852,08	1.536,37	7.270,57	-	0,00	26.895,14	2.068,33	-	38.622,49
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1,00	-	-	-	-	-	-	-	1,00
Realização de reservas Fundo de Resrva Legal	-	-	(55,45)	-	-	(984,47)	55,45	-	(984,47)
Realização de reservas FATES						(263,90)	-		(263,90)
Destinações	-	-	-	-	-	-	(483,56)	-	(483,56)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	743,59	-	3.905,94	-	4.649,53
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS	-	(381,23)	(484,08)	-	76,22	-	381,23	-	(407,86)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	1.526,59	-	-	1.526,59
Reserva legal	-	-	-	-	-	396,41	(396,41)	-	-
FATES	-	-	-	-	(819,81)	982,23	(198,21)	-	(35,79)
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	(1.585,64)	-	(1.585,64)
Reserva Especial	-	-	-	-	-	1.585,65	(1.526,60)	-	59,05
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa Quadro Social	(25,98)	-	-	-	-	-	-	-	(25,98)
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. Doação Conf. Decisão AGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	827,10	1.155,14	6.731,04	-	0,00	30.137,65	2.220,53	-	41.071,46
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	20,00	-	-	-	-	-	-	-	20,00
Realização de reservas Fundo de Resrva Legal	-	-	(53,21)	-	-	(953,66)	53,21	-	(953,66)
Realização de reservas FATES						(713,84)	-		(713,84)
Destinações	-	-	-	-	-	-	(1.155,09)	-	(1.155,09)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	895,30	-	3.226,58	-	4.121,88
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS	-	117,92	(478,05)	-	117,99	-	371,97	-	129,83
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	1.536,37	-	-	1.536,37
Reserva legal	-	(1.536,37)	-	-	-	322,65	(628,76)	-	(1.842,48)
FATES	-	-	-	-	(1.013,29)	1.174,62	(483,97)	-	(322,64)
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	(489,90)	-	(489,90)
Reserva Especial	-	-	-	-	-	1.919,40	(1.290,63)	-	628,77
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa Quadro Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. Doação Conf. Decisão AGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	847,10	(263,31)	6.199,78	-	0,00	33.423,19	1.823,94	-	42.030,70

FLUXO DE CAIXA

Exercicios de 2021/ e 2020
Em Real/mil

Nomenclatura	Consolidado 2.021	2.020
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**-3.027,31**	**2.342,10**
Recebimentos de clientes	18.528,97	19.013,17
Outros Recebimentos	4.363,61	6.562,79
Pagamentos a fornecedores	-23.751,30	-20.846,08
Pagamentos a empregados	-1.724,17	-2.024,98
Juros pagos	-14,52	-52,69
Imposto de rende e contribuição social pagos	-384,34	-118,82
Imposto de rende na fonte sobre dividendos recebidos	-45,56	-191,29
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	**-3.027,31**	**2.342,10**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-927,48**	**258,91**
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	0,00	0,00
Aquisição de imobilizado	-1.890,70	-430,32
Aquisição de propriedades para investimento	0,00	0,00
Aquisição de instrumentos financeiros	-125,00	0,00
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	0,00	0,00
Aquisição de intangíveis	0,00	0,00
Aquisição de controlada, líquido de caixa adquirido	0,00	0,00
Recebimento de incentivos	0,00	0,00
Juros recebidos	0,00	0,00
Dividendos e juros sobre capital próprio recebido	1.088,22	689,23
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-3.954,79**	**2.601,01**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-8,61**	**-9,39**
Recebimento (pagamento) do exercício de opções	0,00	0,00
Aquisição de participação de não controladores	0,00	0,00
Recebimento pela emissão de ações	0,00	0,00
Pagamento de passivos de arrendamento	0,00	0,00
Captação de empréstimos obtidos	0,00	0,00
Pagamento de empréstimos	-8,61	-9,39
Dividendos pagos	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO APLICÃDO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-3.963,40**	**2.591,62**
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa em 1.º de janeiro	30.585,02	27.993,40
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	26.621,62	30.585,02
DIFERENCIA	**-3.963,40**	**2.591,62**

Demonstração do Valor Adicionado – DVA
(em reais mil)

	2021	2020
Receitas	30.647,04	27.139,81
Venda de energia e serviços	26.020,77	26.162,05
Outras Receitas - Efeito IRFS	4.595,70	873,45
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19,09	-1,51
Resultado Desativação de Bens	11,48	105,82
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-10.392,79	-11.416,44
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	-710,78	-407,18
Material e serviços de terceiros	-9.682,01	-11.009,26
(=) Valor adicionado bruto	20.254,25	15.723,37
(-) Quotas de reintegração	-381,74	-314,25
(-) Efeito IFRS	-4.595,70	-873,45
(=) Valor adicionado líquido	15.276,81	14.535,67
(+) Valor adicionado transferido	1.299,66	779,93
Receitas (Despesas) financeiras	1.299,66	779,93
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	16.576,47	15.315,60
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	2.118,52	1.779,72
Remunerações	1.586,61	1.350,95
Encargos sociais (exceto INSS)	130,37	106,65
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	99,68	82,86
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	0,00	0,00
Provisão trabalhista	301,86	239,26
Governo	10.192,63	8.832,85
INSS (sobre folha de pagamento)	477,96	400,73
ICMS	5.404,45	5.381,43
Imposto de renda e contribuição social	485,63	228,79
Outros (PIS/COFINS/encs setoriais, outros)	3.824,59	2.821,90
Financiadores	25,45	13,08
Juros e variações cambiais		
Aluguéis	25,45	13,08
Acionistas	4.239,87	4.689,95
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	4.239,87	4.689,95
Valor adicionado (médio) por empregado	473,61	464,11

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").
O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.
De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.
Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.
No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.
Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.
De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST -

tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explic
ativas, para melhor
entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas seguintes, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de outubro de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.
Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº15.
Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.
A reavaliação foi registrada em 31 de outubro de 2014, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologada pela ANEEL no processo de revisão tarifaria.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS						
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
D E S C R I Ç Ã O	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Total 2021	Total 2020
Fornecimento de Energia	**26,65**	**-**	**1.244,80**	**2,63**	**9,07**	**10,49**	**-18,41**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.248,58**	**1.275,25**
Residencial	-	-	43,42	1,07	1,06	1,74	-3,27	-	-	-	-	-	44,02	31,91
Industrial	-	-	996,97			0,20	-0,20	-	-	-	-	-	996,97	1.087,37
Comercial	-	-	65,23	-	6,39	3,29	-9,68	-	-	-	-	-	65,23	36,11
Rural	-	-	139,18	1,56	1,62	5,26	-5,26	-	-	-	-	-	142,36	102,25
Poderes Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimento Não Faturado	26,65	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26,65	17,61
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**26,65**	**-**	**1.244,80**	**2,63**	**9,07**	**10,49**	**(18,41)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.275,23**	**1.275,25**

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;

2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:

a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2021 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Liquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Liquido em 31/12/2021	Valor Liquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Liquidas
Geração	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	**15.153,65**	**1.565,31**	**(201,86)**	**-**	**(526,61)**	**15.990,49**	**836,84**	**(4.664,31)**	**11.326,18**	**10.869,24**	**-**	**-**	**-**
Terrenos	37,00	-	-	-	-	37,00	-	-	37,00	37,00	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	14.333,51	1.512,98	(154,53)	-	(526,61)	15.165,35	831,84	(4.056,97)	11.108,38	10.590,72	-	-	-
Veículos	528,40	47,33	(47,33	-	-	528,40	-	(413,48)	114,92	158,52	-	-	-
Móveis e utensílios	254,74	5,00	-	-	-	259,74	5,00	(193,86)	65,88	83,00	-	-	-
Administração	**1.323,48**	**18,44**	**(9,22)**	**-**	**-**	**1.332,70**	**6,52**	**(518,67)**	**814,03**	**834,74**	**-**	**-**	**-**
Terrenos	592,89	-	-	-	-	592,89	-	-	592,89	592,89	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	394,51	-	-	-	-	394,51	-	(274,27)	120,24	133,37	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Móveis e utensílios	336,08	18,44	(9,22)	-	-	345,30	6,52	(244,40)	100,90	108,49	-	-	-
Comercialização	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**		**-**	**-**	**-**	**-**
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Subtotal	**16.477,13**	**1.583,75**	**(211,08)**	**-**	**(526,61)**	**17.323,19**	**843,36**	**(5.182,98)**	**12.138,21**	**11.703,98**	**-**	**-**	**-**

Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Liquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Liquido em 31/12/2021	Valor Liquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Liquidas
Geração	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	**1.435,13**	**1.636,53**	**(763,08)**	**-**	**-**	**3.160,57**	**873,45**	**-**	**3,160,57**	**1.435,13**	**-**	**-**	**-**
Máquinas e equipamentos	613,94	1.154,13	(779,71)	-	-	988,36	374,42	-	988,36	613,94	-	-	-
Outros	821,19	2.511,40	(1.160,38)	-	-	2,172,21	1.351,02	-	2,172,21	821,19	-	-	-
Administração	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	**1.435,13**	**1.636,53**	**(763,08)**	**-**	**-**	**3.160,57**	**873,45**	**-**	**3,160,57**	**1.435,13**	**-**	**-**	**-**

Total do Ativo Imobilizado	**17.912,26**	**3.220,28**	**(674,16)**	**-**	**(526,61)**	**20.483,76**	**1.716,81**	**(5.182,98)**	**14.486,75**	**13.139,11**	**-**	**-**	**-**

A composição do intangível é como segue :

Intangível - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Liquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Liquido em 31/12/2021	Valor Liquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	**101,99**	**-**	**-**	**-**	**-**	**101,99**	**66,99**	**(37,88)**		**67,78**
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Softwares	101,99	-	-	-	-	101,99	-	(51,23)	50,76	67,78
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Administração	**12,62**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12,62**	**-**	**(8,99)**		**3,62**
Softwares	12,62	-	-	-	-	12,62	-	(9,92)	2,70	3,62
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Comercialização	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**		**-**
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Subtotal	**114,61**	**-**	**-**	**-**	**-**	**114,61**	**66,99**	**(61,150**	**53,46**	**71,40**

Ativo Intangível em Curso										
Geração	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**			
Servidões	-	-	-	-	-	-	-			
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	-	-	-	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Transmissão	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**			
Servidões	-	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	-	-	-	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Distribuição	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**			
Servidões	-	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	-	-	-	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Administração	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**			
Softwares	-	-	-	-	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Comercialização	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**			
Softwares	-	-	-	-	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Subtotal	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**			
Total do Ativo Intangível	**114,61**	**-**	**-**	**-**	**-**	**114,61**	**66,99**	**(61,150**	**53,46**	**71,40**

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Liquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	**14.333,51**	**1.463,94**	**875,36**	**47,33**	**193,87**	**25.631,29**	**(637,96)**
Transformador de Distribuição	3.949,29	137,85	241,30	-	53,32	3.899,15	(103,45)
Medidor	530,22	399,60	32,40	-	7,16	904,58	367,20
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.346,97	747,10	143,40	47,33	31,68	3.029,68	651,03
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.546,53	179,39	155,59	-	34,38	2.604,71	23,80
Redes Alta Tensão (69 kV)	463,00	-	28,29	-	6,25	440,96	(28,29)
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	39,91	-	2,44	-	0,54	38,01	(2,44)
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	0,60	-	0,04	-	0,01	0,57	(0,04)
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	0
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	0
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	0
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	0
Demais Máquinas e Equipamentos	4.456,99	2,05	271,90	-	60,54	4.247,68	(269,85)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	**2.803,18**	**396,35**	**101,12**	**-**	**-**	**2.998,40**	**195,23**
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	2.803,18	296,35	101,12	-	-	2.998,40	195,23
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2021				2020
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Liquido	Valor Liquido
Em serviço					
Geração	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	**6.54**	**15.153,66**	**(4.664,31)**	**10.489,35**	**10.869,26**
Custo histórico	3,16	9.095,65	(3.792,16)	5.303,48	5.669,53
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,38	6.058,02	(872,15)	5.185,87	5.199,73
Administração	**3,33**	**1.332,70**	**(518,68)**	**814,02**	**834,75**
Custo histórico	3,33	547,96	(379,77)	168,19	418,83
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	784,74	(138,91)	645,83	415,92
Comercialização	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Custo histórico	-		-	-	
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-

Distribuição	-	3.610,57	-	3.610,57	3.610,57
Administração	-		-	-	
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	**Material/ Equipamento**	**Serviços de Terceiro**	**Mão de obra própria**	**Juros Capitalizados**	**Depreciação / Amortização**	**Outros Gastos**	**Total**
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	198,52	-	-	-	-	-	198,52
Máquinas e Equipamentos	374,42	-	-	-	-	-	374,42
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	1.152,50	-	-	-	-	-	1.152,50
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	**1.725,44**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.725,44**

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 367 de 2009, são as seguintes

Taxas Anuais de Depreciação

Geração	
Equipamento geral	10,00%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Estrutura da tomada d'água	4,00%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina hidráulica	2,50%
Transmissão	
Condutor do sistema	2,50%
Equipamento geral	10,00%
Estrutura do sistema	2,50%
Religadores	4,30%
Distribuição	
Barra de capacitores	6,70%
Chave de distribuição	6,70%
Condutor do sistema	5,00%
Estrutura do sistema	5,00%
Regulador de tensão	4,80%
Transformador	5,00%
Administração central	-
Equipamento geral	10,00%
Veículos	20,00%
Comercialização	-
Descrever os grupos relevantes.....)	-

"De acordo com nosso Contrato de Concessão (Permissão) para o Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, que está harmonizado com os extintos artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 (atualizado e revogado pelo Decreto No. 10.810/21), os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a
estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo

que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado
em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R$ Mil
TRANSFORMADOR TRIF 75 KVA 220/127 V NUCLEO ALUMINIO	9.900,00
TRANSF.TRIFASICO 75 KVA 380/220V	7.576,00
TRANSF. TRIFASICO 45 KVA 380/220V	6.066,00
MEDIDOR TRIFASICO E 750 -1E5-8701-A2P-2B2C	3.600,00
POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 12/600 AUTO ATERRAMENTO	3.222,67
POSTE CONCR. CIRC. 11/1000	2.824,52
POSTE CONCRETO CIRCULAR 12/600	2.272,44
POSTE CONCRETO CIRCULAR 12/400	1.878,10
POSTE CONCR. CIRC. 9/600	1.432,14
POSTE CONCR. CIRC. 10/400	1.261,88

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R$ Mil
TRANSF. 13,8KV 220/127V 45 KVA TRIFASICO - U	2.071,23
TRANSF. 13,8KV 220/127V 30 KVA TRIFASICO - R	1.682,25
TRANSF. 13,8KV 220/127V 30 KVA TRIFASICO - R	1.682,25
TRANSF. 13,8KV 220/127V 30 KVA TRIFASICO - R	1.395,98
TRANSF. 13,8KV 220/127V 30 KVA TRIFASICO - R	1.395,98
TRANSF. 13,8KV 220/127V 30 KVA TRIFASICO - R	1.395,98
TRANSF. 13,8KV 220/127V 30 KVA TRIFASICO - R	1.395,98
TRANSF. 13,8KV 220/127V 30 KVA TRIFASICO - R	1.395,98
TRANSF. 13,8KV 220/127V 30 KVA TRIFASICO - R	1.395,98
TRANSF. 13,8KV 220/127V 30 KVA TRIFASICO - R	1.395,98

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da "Parcela A"

A CERPRO não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2021.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas
e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre
todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL. Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de
distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Não tivemos diferimento de reajustes tarifários em nossa Permissionária nos exercícios de 2021 e 2020.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	**12,49**	**3,23**	**-**	**-**	**-**	**15,72**	**-**	**-**	**-**	**-**
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	12,49	3,23	-	-	-	15,72	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobre contratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Total Ativos Financeiros Setoriais	**12,49**	**3,23**	**-**	**-**	**-**	**15,72**	**-**	**-**	**-**	**-**

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	**135,76**	**83,91**	**(29,12)**	**-**	**0,00**	**190,05**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	135,76	83,91	(29,12)	-	-	190,05	-	-	-	-
Sobre contratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Total Passivos Financeiros Setoriais	**135,76**	**83,91**	**(29,12)**	**0,00**	**0,00**	**190,05**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R$ Mil

															Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	**Juros de Curto Prazo**	**Principal de Curto Prazo**	**Principal + Juros LP**	**Saldo Total**	**Adimplente**	**Datas de captação repactuação**	**Tipo de garantia**	**Indexador ou Juros**	**Spread % a.a**	**Data Próximo Pgto Juros**	**Frequência Pgto Juros**	**Data Próxima Amortização**	**Frequência de Amortização**	**Sistemática de Amortização**	**Vencimento Final**	**2021**	**2022**	**2022+**	**Total**
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Brasileiras– Eletrobrás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Brasileiras–Eletrobrás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Ativos Financeiros – R$ Mil

															Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	2T-4T 2014	2017	2018	2019	2020+	Total
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	**98,42**	-	**98,42**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação Financeira – Bco. Santander S/A	-	**393,66**	-	**393,66**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação Financeira Bco. Bradesco S/A	-	**22.765,11**	-	**22.765,11**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação Financeira Bco Brasil S/A.	-	**10,41**	-	**10,41**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação Financeira Bco. Coop. Brasil S/A.	-	**633,76**	-	**633,76**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicçaõ SC XP Invetimentos - Aplicações	-	**2.406,01**		**2.406,01**																
Aplicação Financeira Caixa E. Federal S/A	-	**314,21**	.	**314,21**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2021	Total 2020
Dívida Bruta	**-**	**-**		**-**	**7,35**
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-		-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional(Financiamento LPT)	-	-		-	7,35
Tributária	-	-		-	-
Fundo de Pensão	-	-		-	-
Intersetoriais	-	-		-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-		-	-
Diversos	-	-		-	-
Intersetoriais Corrente em Atraso	-	-		-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-		-	-
Derivativos a Pagar	-	-		-	-
Ativos Financeiros	**-**	**(26.621,62)**		**(26.621,62)**	**(30.585,02)**
Alta Liquidez	-	(98,42)		(98,42)	(324,67)
Demais Aplicações Financeiras	-	(26.523,19)		(26.523,19)	(30.260,35)
Derivativos a Receber	-	-		-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-		-	-
Dívida Líquida	**-**	**(26.621,62)**		**(26.621,62)**	**(30.577,67)**

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERPRO não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2021 e 2020.

9. Provisões para Litígios

R$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2020	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Constituição	-	-	-	-	-	-	**-**
Baixas/reversão	-	-	-	-	-	-	**-**
Atualização	-	-	-	-	-	-	**-**
Saldos em 31/12/2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a
qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	**-**	**(1.227,81)**	**-**	**-**	**(1.227,81)**
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	**-**
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	**-**
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(1.227,81)	-	-	**(1.227,81)**
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	**-**
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	**-**
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	**-**
Outros	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	**-**
Excedente de reativos	-	-	-	-	**-**
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	**-**
Outros	-	-	-	-	**-**
(-) Amortização Acumulada - AIS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	**-**
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	**-**
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	**-**
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	**-**
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	**-**
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	**-**
Outros	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	**-**
Excedente de reativos	-	-	-	-	**-**
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	**-**
Outros	-	-	-	-	**-**
Total	**-**	**(1.227,81)**	**-**	**-**	**(1.227,81)**

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Liquido em 31/12/2021	Valor Liquido em 31/12/2020
Em serviço	**(1.262,81)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.262,81)**	**-**	**-**	**(1.262,81)**	**1.262,81**
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-		-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(1.227,81)	-	-	-	-	(1.227,81)	-	-	(1.227,81)	(1.227,81)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(35,00)	-	-	-	-	(35,00)	-	-	(35,00)	(35,00
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	**(866,56)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(866,56)**	**-**	**-**	**(866,56)**	**(866,56)**
Ultrapassagem de demanda	(218,99)	-	-	-	-	(218,99)	-	-	(219,99)	(219,99)
Excedente de reativos	(647,57)	-	-	-	-	(647,57)	-	-	(647,57)	(647,57)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**(2.129,37)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.129,37)**	**-**	**-**	**(2.219,37)**	**(2.219,37)**

Obrigações Especiais - R$ Mil	**Valor Bruto em 31/12/2020**	**Adições (a)**	**Baixas (b)**	**Transferências (c)**	**Reavaliação**	**Valor Bruto em 31/12/2021**	**Adições Liquidas (a)-(b)+(c)**	**Amortização Acum.**	**Valor Liquido em 31/12/2021**	**Valor Liquido em 31/12/2020**
Em Curso	**(636,14)**	**(220,39)**	**101,12**	**-**	**-**	**(755,41)**	**(119,27)**	**-**	**(755,41)**	**(636,14)**
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(534,84)	(101,12)	-	-	-	(635,96)	(101,12)	-	(635,96)	(534,84)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(15,38)	-	-	-	-	(15,38)	-	-	(15,38)	(15,38)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	(85,92)	(119,27)	101,12	-	-	(104,07)	18,15		(104,07)	(85,92)
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Outros	**(37,68)**	**(75,94)**	**-**	**-**	**-**	**(113,62)**	**(75,94)**	**-**	**(37,68)**	**(37,68)**
Ultrapassagem de demanda	(28,26)	(51,88)	-	-	-	(80,13)	**(51,88)**	-	(28,26)	(28,26)
Excedente de reativos	(9,42)	(24,06)	-	-	-	(33,49)	**(24,06)**	-	(9,42)	(9,42)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	**-**	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	**-**	-	-	-
Total	**(673,82)**	**(296,35)**	**101,12**	**-**	**-**	**(869,03)**	**(195,21)**	**-**	**(673,82)**	**(673,82)**

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R$ Mil
1- Part. Financ. Consumidores	101,12
2- Excedente Reativo	24.06
3- Ultrapassagem de demanda	51.88

OBS: Não ocorrem baixas no exercício de 2021.

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 representa R$ 873,09 mil e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Cotista	Cotas	%
IVO FERREIRA GRAMA	0,01	0,000000000117
FRANCISCO BROGES DA SILVA	2,40	0,000028179444
AGOSTINHO LOPES VIEIRA	0,01	0,000000000117
JOÃO ANSELMO MOGRÃO	0,01	0,000000000117
JOSÉ ROBERTO SILVA	3,25	0,000038159782
KUNIO NAKASHIMA	0,01	0,000000000117
ADELFO JAIR DOMINGUES	0,01	0,000000000117
ANTONIO NILTON DINALLI	0,05	0,000000000587
NEWTON IVAN BRAGA	0,01	0,000000000117
MUHAMMAD KLALED AHMAD IBRAHIM ABDEL QADEZ	0,01	0,000000000117
Outros Cooperados	847,32	0,009933659365
Total	**873,09**	**1,000000000000**

Reservas de Capital

	2021	2020
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-263,31	1.155,14
Total	**-263,31**	**1.155,14**

Reservas de lucros

	2021	2020
Reserva legal	-	-
Lucros a realizar (Efeitos IRFS)	-	-
Reservas para Contingências	-	-
Reserva para investimentos	-	-
Total	**-**	**-**

Reservas de Sobras

	2021	2020
Reserva legal	1.136,02	1.767,02
Lucros a realizar	-	-
FATES	7.291,95	6.831,18
Reservas Estatutárias	24.995,22	21.539,44
Total	**33.423,19**	**30.137,64**

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras liquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 5% de Reserva para FATES e 40% de Reserva Especial.

12. Receita Operacional Bruta

	N° de Consumidores		MWh Mil		R$ Mil	
Receita Bruta	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Fornecimento - Faturado	**1.973**	**1.824**	**10.888,97**	**11.503,82**	**6.900,52**	**6.814,24**
Residencial	778	668	1.142,27	1.002,57	972,27	750,46
Industrial	17	15	1.760,30	28.553,70	1.862,99	2.492,56
Comercial	77	67	1.049,11	1.030,48	921,60	829,42
Rural	1.076	1.047	5.606,65	5.374,12	2.295,31	2.138,72
Poder público	15	15	146,62	120,79	118,40	86,74
Iluminação pública	6	6	240,62	240,62	126,30	101,54
Serviço público	4	4	943,40	879,84	603,65	414,75
Suprimento Faturado **Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado**	**3**	**2**	**40.603,78**	**41.479,16**	**11.767,85**	**11.869,65**
Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres	3	2	40.603,78	41.479,16	11.767,85	11.869,65
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
(-) Transferências	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
(-) Transf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-
(-) Transf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	-
(-) Transf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
(-) Transf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	-	-
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	-	-
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	-	-
Total	**1.976**	**1.824**	**51.492,75**	**52.982,98**	**18.668,37**	**18.683,89**

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2021 e 2020, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

14. Pessoal e Administradores

	2021	2020
Pessoal	**2.009,42**	**1.731,59**
Remuneração	1.446,73	1.178,25
Encargos	523,21	426,97
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	16,94	5,61
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	4,46	7,36
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	18,08	-
Administradores	**587,02**	**562,18**
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	510,55	483,52
Benefícios dos administradores	76,47	78,66
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	**2.596,44**	**2.180,47**

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	4.353,53	4.537,51
Ajustes Efeitos IFRS	371,98	381,23
Lucro Ajustado	**4.725,51**	4.918,74
Ajustes Lalur	(4.192,90)	(4.192,90)
Base de Cálculo Fiscal	1.498.926,12	725,84
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(485,63)	(228,79)
Efeitos fiscais sobre:	**-**	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(485,63)**	**(228,79)**

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17.1. Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2012, mais precisamente no mês de abril, nossa Permissionária deveria estar concluindo sua primeira Revisão Tarifária Periódica.

Ocorre que, por impasse entre o Órgão Regulador e as Permissionárias, tal metodologia atrasou até meados de 2013, sendo que por duas vezes tivemos nossa tarifa de 2011 prorrogada por um ano.

Tal ação acabou por criar uma diferença grande entre a tarifa de 2011 e a de 2012, publicada, no nosso caso em 2014. Como a nova tarifa foi menor que a de 2011.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme Legislação Setorial.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2873, de 25 de maio de 2021, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário .

17.3. Composição da Base de Remuneração

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de
avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço

público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos
que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	13.896,07
(2) Índice de Aproveitamento Integral	
(3) Obrigações Especiais Bruta	2.998,40
(4) Bens Totalmente Depreciados	923,59
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	**9.974,08**
(6) Depreciação Acumulada	4.664,31
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	10.911,53
(10) Almoxarifado em Operação	3.160,57
(11) Ativo Diferido	
(12) Obrigações Especiais Líquida	2.998,40
(13) Terrenos e Servidões	
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	**9.393,93**
(15) Saldo RGR PLPT	
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	
(17) Taxa de Depreciação	0,04
(18) Quota de Reintegração Regulatória	371,98
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	
21) Taxa RGR Demais Investimentos	
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	**580,15**

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI, valores referente ao último reajuste tarifário, ocorrido em 29/05/2020, conforme Resolução Homologatória n.º 2249/2017. Não foram publicados valores abaixo.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	0,00
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	0,00
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	0,00
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	0,00
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	**0,00**
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	0,00
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	0,00
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	**0,00**

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.
Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 8 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras
receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada
item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.
valores referente ao último reajuste tarifário, ocorrido em 25/05/2021, conforme Resolução Homologatória n.º 2.873

Descrição	Receita Ultimo IRT R$	Receita Verificada	Revisão	Variação Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	**11.447,50**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
1.1. Encargos Setoriais	**3,463,77**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	48,62	-	-	-	-	-
CDE	2.909,05	-	-	-	-	-
PROINFA	506,09	-	-	-	-	-
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	**4.921,27**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	4,921,27	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	**3.062,46**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	3.062,46	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	**9.043,35**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	9.043,35	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas		-	-	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	3,52%	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	-6,63%	-	-	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	-	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	8,82%	-	-	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	5,71%	-	-	-	-	-

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração

das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma,
uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação

da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

		2021			2020		
Descrição	**Nota**	**Regulatório**	**Ajustes**	**Societário**	**Regulatório**	**Ajustes**	**Societário**
Ativos							
Ativo circulante		**34.612,11**	**-**	**34.612,11**	**33.506,66**	**-**	**33.506,66**
Caixa e equivalentes de caixa		26.621,62	-	26.621,62	30.585,02	-	30.585,02
Consumidores	14.1	1.509,87	-	1.509,87	1.463,07	-	1.463,07
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		1.001,70	-	1.001,70	851,81	-	851,81
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		191,68	-	191,68	91,15	-	91,15
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	459,89	-	459,89	195,01	-	195,01

Despesas pagas antecipadamente		42,17	-	42,17	43,58	-	43,58
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		4.785,15	-	4.785,15	277,02	-	277,02
Ativo não circulante		**15.830,48**	**(6.427,32)**	**9.403,16**	**13.308,08**	**(4.893,73)**	**8.414,35**
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		367,46	-	367.46	99,96	-	99,96
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		108,78	4.058,41	4.167,19	1,21	4.196,14	4.197,35
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	14.4	15.300,78	(14.503,98)	796,80	13.139,13	(11.266,45)	1.872,68
Intangível	14.5	53,46	4.018,25	4.071,71	67,78	2.176,58	2..244,36
Total do ativo		**50.442,59**	**(6.427,32)**	**44.015,27**	**46.814,74**	**(4.893,73)**	**41.921,02**
Passivo							

Passivo circulante		**5.413,48**	**-**	**5.413,48**	**2.940,10**	**-**	**2.940,10**
Fornecedores		338,70	-	338.70	744,87	-	744,87
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	7,36	-	7,36
Obrigações sociais e trabalhistas		223,40	-	223.40	170,74	-	170,74
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		732,49	-	732,49	607,49	-	607,49
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		495,94	-	495,94	396,74	-	396,74
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	190,55		190,55	135,76		135,76
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		3.432,37	-	3.432,37	877,14	-	877,14
Passivo não circulante		**2.998,41**	**-**	**2.998,41**	**2.803,18**	**-**	**2.803,18**
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures			-		-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-

Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		2.998,41	-	2.998,41	2.803,18	-	2.803,18
Total do passivo		**8.411,89**	**-**	**8.411,89**	**5.743,28**	**-**	**5.743,28**

Patrimônio líquido		**42.030,70**	**(6.953,94)**	**35.603,38**	**41.071,46**	**(4.893,72)**	**36.177,74**
Capital social		847,10	-	847.10	827,10	-	852,08
Reservas de capital		(263,31)	(1.639,67)	(1.902,98)	1.155,15	381,24	1.536,39
Outros resultados abrangentes		6.199,78	(4.415,67)	1.784,11	6.731,04	(4.893,72)	1.837,32
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		33.423,19	0,00	33.423,19	30.137,65	55,44	30.193,09
Sobras à disposição da Assembleia		1.823,94	(371,98)	1.451,96	2.220,52	(436,68)	1.783,84
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	**-**	**-**	**-**
Participação de não controladores		-	-	-	**-**	**-**	**-**
Total do patrimônio líquido		**42.030,70**	**(6.427,32)**	**35.603,38**	**41.071,46**	**(4.893,72)**	**36.177,74**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**50.442,59**	**(6.427,32)**	**44.015,27**	**4 6.814,74**	**(4.893,72)**	**41.921,02**
[TAB 38]		**2021**			**2020**		

	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		**26.020,77**	**0,00**	**26.020,77**	**24.259,94**	**0,00**	**24.259,94**
Fornecimento de energia elétrica		7.358,62	-	7.358,62	6.336,28	-	6.336,28
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		12.049,28	-	12.049,28	12.575,27	-	12.575,27
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		175,72	-	175,72	287,55	-	287,55
Serviços cobráveis		5.61	-	5.61	0,00	-	0,00
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		6.431,54	-	6.431,54	6.386,67	-	6.386,67
Outras receitas vinculadas		-		-	-		-
Tributos		**(5.652,74)**	**-**	**(5.652,74)**	**(5.178,28)**	**-**	**(5.178,28)**
ICMS		(5.404,46)	-	(5.404,46)	(5.381,43)	-	(5.381,43)
PIS-PASEP		(44.21)	-	(44.21)	(26,14)	-	(26,14)
Cofins		(204.07)	-	(204.07)	(120,64)	-	(120,64)
ISS		-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		**(3.576,30)**	**-**	**(3.576,30)**	**(2.070,14)**	**-**	**(2.070,14)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(2.796,95)	-	(2.796,95)	(2.593,07)	-	(2.593,07)
Programa de Eficiência Energética – PEE		0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
Taxa de fiscalização		(47.65)	-	(47.65)	(44,62)	-	(44,62)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
Outros encargos		(731,69)	-	(731,69)	(37,43)	-	(37,43)
Receita líquida / Ingresso líquido		**16.791,73**	**0,00**	**16.791,73**	**17.958,72**	**0,00**	**17.958,72**

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		**(9.314,69)**	**0,00**	**(9.314,69)**	**(10.724,58)**	**0,00**	**(10.724,58)**
Energia elétrica comprada para revenda		(9.314,69)	-	(9.314,69)	17.958,72	0,00	17.958,72
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		-	-	-	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		**7.477,04**	**0,00**	**7.477,04**	**7.234,14**	**0,00**	**7.234,14**
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		**(4.389,35)**	**371,97**	**(4.017,38)**	**(3.422,54)**	**381,23**	**(3.041,31)**
Pessoal e administradores (inclui 309,8 de remuneração administradores)		(2.596,48)	-	(2.596,48)	(2.180,47)	-	(2.180,47)
Entidade de previdência privada		0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
Material		(485,36)	-	(485,36)	(393,33)	-	(393,33)
Serviços de terceiros		(344,39)	-	(344,39)	(260,42)	-	(260,42)
Arrendamento e aluguéis		(11,65)	-	(11,65)	(13,08)	-	(13,08)
Seguros		(55,64)	-	(55,64)	(24,27)	-	(24,27)
Doações, contribuições e subvenções		(45,57)	-	(45,57)	(19,39)	-	(19,39)
Provisões		(19,10)	-	(19,10)	(1,51)	-	(1,51)
Recuperação de despesas		0,00	-	0,00	2,13	-	2,13
Tributos		(27,20)	-	(27,20)	(24,97)	-	(24,97)
Depreciação e amortização		(753,72)	371,97	(381,75)	(695,48)	381,23	(314,25)
Gastos diversos da atividade vinculada		(4.668,96)	-	(4.668,96)	(957,34)	-	(957,34)
Outras Receitas Operacionais		4.674,07	-	4.674,07	1.068,56	-	1.068,56
Outras Gastos Operacionais		(55,35)	-	(55,35)	(22,97)	-	(22,97)
Resultado da Atividade		**3.087,69**	**371,97**	**3.459,66**	3.811,60	381,23	4.192,83
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-

Resultado Financeiro		**1.265,85**	**0,00**	**1.265,85**	**725,91**	**0,00**	**725,91**
Despesas financeiras		(33,81)	-	(33,81)	(54,02)	-	(54,02)
Receitas financeiras		1.299,66	-	1.299,66	779,93	-	779,93
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**4.353,54**	**371,97**	**4.725,51**	**4.537,51**	**381,23**	**4.918,74**
Despesa com impostos sobre os lucros		-	-	-	**-**	**-**	**-**
Resultado líquido das operações em continuidade		**4.353,54**	**371,97**	**4.725,51**	**4.537,51**	**381,23**	**4.918,74**
Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Atribuível aos:							
Acionistas controladores		-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação							
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-		-			-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2021	2020
Saldos no início do exercício - SOC	**35.603,38**	**36.177,74**

Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	**6.427,32**	**4.893,72**
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória	6.427,32	4.893,72
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória		
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-
Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício - REG	**42.030,70**	**41.071,46**

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais e Sobras/Perdas a Disposição da Assembleia, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2021	**2020**
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	**4.725,51**	**4.918,74**
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	**-**	**-**
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(371,98)	(381,23)
Anulação Não Operacional	-	-
....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	**4.353,53**	**4.537,51**

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2015, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Os efeitos constatados em Ativos e passivos financeiros setoriais decorrem da reversão desses ativos e passivos não reconhecidos na contabilidade societária.

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 18/04/2022 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis especificas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R$/mil), com 2 casas decimais.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão - CERPRO, em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, analisou as demonstrações contábeis e financeiras e o Balanço Patrimonial do exercício final de dezembro de 2021.

Baseado nas avaliações efetuadas, nos acompanhamentos realizados por este conselho durante o ano, após análise dos extratos bancários e demais documentos contábeis e financeiros, emitimos nosso Parecer conclusivo de que as referidas **Demonstrações Contábeis Regulatórias** representam a posição patrimonial e financeira da operadora em Dezembro de 2021.

Assim, nós membros do Conselho Fiscal recomendamos a aprovação do Balanço Patrimonial do Exercício de 2021, pelos membros cooperados presentes na Assembleia Geral Ordinária do dia 26/02/2022.

Promissão/SP, 23 de Fevereiro de 2.022.

Gentil Severino Ferrari Filho
Coordenador

Mário Cesar Sottoriva
Secretário

Francisco Borges da Silva
Membro

SEÇÃO VII

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

À
Diretoria e Cooperados da
Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão – "CERPRO"

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão – "CERPRO".**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão – "CERPRO".** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis regulatórias da CERPRO em 31 de dezembro de 2020, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalva, 18 de março de 2021.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pelo órgão regulador - ANEEL , e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento

Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias .

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 22 de fevereiro de 2022.

AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5

Promissão/SP, 18 de abril de 2022.

JOSÉ CARLOS GOMES DA SILVA
PRESIDENTE

JOÃO ANSELMO MOGRÃO
GERENTE ADMINISTRATIVO

FRANCISCO TADEU RODRIGUES DE SOUZA
TC CRC/SP 1.SP.177131/O-6